



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

RELATÓRIO N° : 201108921
MUNICÍPIO - UF : Brasília - DF
UCI EXECUTORA : SFC/DSEDU - Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação
UNIDADE AUDITADA : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
PROCESSO N° : 23106.001883/2011-53
EXERCÍCIO : 2010
TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108921, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela Fundação Universidade de Brasília - FUB, consolidando as informações do Hospital Universitário de Brasília - HUB.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 11/04/2011 a 06/05/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Ao longo dos trabalhos, houve a ocorrência de restrições à realização dos exames, que são relatadas em itens específicos deste relatório, configurando descumprimento do art. 26 da Lei 10.180/2001.

II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos

exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A Fundação Universidade de Brasília tem como principal programa governamental o 1073 – Brasil Universitário, cujo objetivo é ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa, e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento. No exercício de 2010 a Fundação Universidade de Brasília executou R\$ 1.008.044.198,13 neste programa, representando 75,10% das despesas do órgão.

Programa Governamental		Despesas Executadas	% das Despesas Executadas
1073	Brasil Universitário	1.008.044.198,13	75,10%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	182.469.648,08	13,60%
1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	33.261.428,77	2,48%
0750	Apoio Administrativo	27.005.429,20	2,01%
0471	Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	21.903.724,10	1,63%
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	9.760.900,92	0,73%
0660	Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	7.439.393,90	0,55%
1448	Qualidade na Escola	6.700.544,80	0,50%
1061	Brasil Escolarizado	6.060.692,48	0,45%

1463	Qualidade dos Serviços de Transporte	4.194.637,07	0,31%
0225	Gestão da Política dos Transportes	3.154.687,58	0,24%
1054	Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	2.713.636,00	0,20%
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	2.570.790,99	0,19%
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	2.291.022,15	0,17%
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.000.000,00	0,15%
1436	Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	1.996.661,41	0,15%
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	1.837.443,99	0,14%
0802	Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	1.759.302,63	0,13%
0099	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	1.420.343,85	0,11%
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	1.159.050,46	0,09%
1201	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	1.099.306,51	0,08%
0351	Agricultura Familiar - PRONAF	1.000.100,00	0,07%
	Outros Programas*	12.338.776,92	0,92%
	TOTAL	1.342.181.719,94	100,00%

* A Fundação Universidade de Brasília executou o total de 57 programas governamentais no exercício de 2010

Com base nas informações constantes nos Sistema SIMEC, SIGPLAN, SIAFI e no Relatório de Gestão da Unidade, analisamos o cumprimento das metas físicas e financeiras da ação 4009 - Funcionamento de Cursos de Graduação, executada no exercício 2010, como segue:

26271 – Fundação Universidade de Brasília				
1073 – Brasil Universitário				
4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação				
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão(%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho
Física	27.512	27.512	100%	
Financeira	813.573.596	711.160.796	87,41%	Do total disponível foram contingenciados R\$ 10.000.000,00. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 59.449.002,30.

Fonte: SIAFI e SIMEC

A ação envolve a atividade finalística da Fundação Universidade de Brasília e representa 76,45% das despesas executadas do Programa 1073 – Brasil Universitário no Exercício de 2010, que totalizaram R\$ 1.008.044.198,13.

O órgão utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC para registro das execuções orçamentárias físicas e financeiras. Os dados do sistema são utilizados para alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN. Os dados da execução financeira guardam conformidade com as informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Na Lei Orçamentária Anual 2010, nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, foi fixada a meta física de 27.512 alunos matriculados, cujo resultado foi atingido em sua integralidade. Foi fixada a dotação de R\$ 654.167.802,00 para a ação 4009.

O valor total previsto na LOA/2010 foi utilizado. Foram abertos créditos suplementares no total de R\$ 169.405.794,00. Descontado o cancelamento de R\$ 10.000.000,00 o órgão teve dotação total autorizada de R\$ 813.573.596 para execução da ação, que representou um acréscimo de 24,37% sobre a dotação inicial.

Foram empenhados no exercício R\$ 770.606.557,00, dos quais R\$ 711.160.796 foram liquidados. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 59.449.002,30.

Em relação ao exercício de 2009 houve um acréscimo de 8,77% nos total de empenhos liquidados, que aumentou de R\$ 653.816.566,78 para R\$ 711.160.796. Já em relação às metas físicas, o número de alunos matriculados subiu de 26.980 em 2009 para 27.512 em 2010, representando apenas 1,97% de aumento.

De acordo com levantamento feito no sistema SIAFI, os valores de despesas liquidadas do HUB foram os seguintes:

Programa	Despesas liquidadas por programa		Ação	Despesas liquidadas por ação	
	Valor em R\$	%		Valor em R\$	%
0089/Previdência de Inativos e Pensionistas da União	402.028,49	0,38%	0181/Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis	402.028,49	0,38%
0750/Apoio administrativo	3.787.141,00	3,54%	2004/Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	261.985,00	0,24%
			2010/Assistência Pré-Escolar aos	186.956,28	0,17%

			Dependentes dos Servidores e Empregados		
			2011/Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	814.656,75	0,76%
			2012/Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	2.523.542,97	2,36%
			20CW/Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	0,00	0,00%
1073/Brasil Universitário	71.408.082,40	66,70%	09HB/Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações p/ o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	8.870.986,24	8,29%
			4005/Apoio à Residência Multiprofissional	4.433.041,85	4,14%
			4009/Funcionamento de Cursos de Graduação	7.165.928,18	6,69%
			4086/Funcionamento dos Hospitais de Ensino	50.595.288,13	47,26%
			6379/Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	342.838,00	0,32%
1220/Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	31.456.009,27	29,38%	20G8/Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares prestados pelos Hospitais Universitários	1.052.225,05	0,98%
			8585/Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e	30.316.084,11	28,32%

			Alta Complexidade		
			8934/Atenção Especializada em Saúde Bucal	85.888,22	0,08%
TOTAL	107.053.261,16	100%	TOTAL	107.053.261,16	100%

Fonte: SIAFI/2010.

Do quadro anterior destacam-se os seguintes dados:

- ocorreram liquidações de despesas do HUB em 4 programas e 13 ações orçamentárias;
- o programa 1073/Brasil Universitário concentrou 66,76% das despesas liquidadas do HUB;
- no mesmo programa está a ação orçamentária 4086/Funcionamento dos Hospitais de Ensino com 47,26% das despesas liquidadas da Unidade, sua finalidade é assegurar condições de funcionamento aos hospitais de ensino;
- na ação 8585/Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (programa 1220/Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada) foram liquidadas 28,32% das despesas do HUB.

A execução da ação 8585 foi feita com recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde. Sua finalidade é viabilizar, de forma descentralizada, a atenção à saúde da população nas unidades da federação habilitadas em gestão plena do Sistema Único de Saúde.

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Foi analisado o indicador “Funcionário Equivalente / Professor Equivalente” utilizado na FUB, obtido através do relatório de gestão.

Em virtude do não cumprimento do Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho no exercício de 2010, que previa a substituição dos prestadores de serviço da FUB, selecionou-se o indicador “Funcionário Equivalente / Professor Equivalente” pelo aspecto da criticidade. Percebe-se que o valor apurado deste indicador registrou um aumento sensível em 2010 comparado ao de 2009, destoando da tendência anterior de queda. A não inclusão de prestadores de serviço e terceirizados no cálculo de funcionário equivalentes deste indicador pode gerar uma percepção distorcida da realidade, invalidando os dados apresentados pela unidade. Por este motivo, conclui-se que este indicador não se apresenta suficiente para a tomada de decisões gerenciais.

Programa/Ação de Governo	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
1073/4009	“Funcionário Equivalente / Professor Equivalente”	A apuração deste indicador compreende os servidores técnicos-administrativos vinculados à universidade, excluindo os funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos.	Funcionário Equivalente / Professor Equivalente	Não	Sim

Com base nos critérios de relevância e capacidade operacional, foram analisados dois indicadores do HUB entre os sete apresentados no Relatório de Gestão da FUB:

Nome	Mensurabilidade	Utilidade
Internações realizadas	Sim	Subsidia o gestor local do SUS e a atuação do MEC junto aos hospitais universitários, mas não foi útil para tomada de decisões pelo HUB em 2010.
Nº de bolsas para cursos de residência médica/Nº de bolsas de RM existentes em 2005	Sim	Não

As informações do quadro anterior demonstram que houve limitações nos dois indicadores quanto a sua utilização pela Unidade para tomada de decisões gerenciais em 2010, especialmente o indicador

relativo aos cursos de Residência Médica.

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

A avaliação do Sistema de Controle Interno – SCI da Fundação Universidade de Brasília, englobando o Hospital Universitário de Brasília, contempla os aspectos: i) ambiente de controle; ii) avaliação de risco; iii) procedimento de controle; iv) informação e comunicação; e v) monitoramento,. Foram analisados o Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2006-2010, compilado no documento intitulado Bases do Planejamento Estratégico e Tático, as constatações da auditoria realizada na unidade, bem como, a análise do Relatório de Gestão/2010.

Das análises realizadas, quanto aos aspectos do Sistema de Controle Interno da Fundação Universidade de Brasília, verificou-se que:

I) Quanto ao ambiente/procedimento de controle:

Em relação ao componente do Sistema de Controle Interno “procedimento de controle”, verifica-se que a Unidade acompanha os programas/ações por meio do SIMEC. As informações acerca da execução física das ações são inseridas no módulo PPA – Monitoramento e Avaliação do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, pelas Diretorias, e posteriormente, validadas pelos coordenadores das ações, e transmitidas eletronicamente pela Unidade ao SIGPLAN e a execução financeira é transmitida diretamente pelo SIAFI ao SIGPLAN.

O Planejamento Estratégico estabelece objetivos e metas, com o estabelecimento de indicadores, divididos nas seguintes áreas: i) Ensino de Graduação, ii) Ensino de Pós-Graduação, iii) Pesquisa, iv) Extensão, v) Desenvolvimento Comunitário, vi) Recursos Humanos; vii) Planejamento e Gestão; viii) Obras e Espaço Físico; ix) Comunicação; x) Tecnologia da Informação. O Planejamento inclui procedimentos de controle, como a instituição de mecanismos de avaliação interna e externa para cursos de graduação e pós-graduação, acompanhamento e avaliação dos programas de extensão, estabelecimento de parâmetros para racionalização e processos de gestão, implementação de Comunicação Corporativa Integrada.

A Unidade não possui um Código de Ética/Conduta, entretanto, a minuta do documento foi elaborada e encaminhada em dezembro/2010 à reitoria para discussão e posterior aprovação, o que contribuirá para o fortalecimento do SCI. O Decanato de Gestão de Pessoas deu início ao mapeamento de processos para as atividades da área de Recursos Humanos.

Foram identificadas diversas falhas no registro e atualização de informações nos arquivos e sistemas da Universidade de Brasília.

Foi constatado nos trabalhos de auditoria falhas no cadastro de convênios e contratos no SIASG e SICONV. Além disso, não consta nos cadastros dos servidores ocupantes de cargos e comissão, constantes do rol de responsáveis da unidade, a apresentação de Declarações de bens e rendas.

A unidade não implementou rotina avaliação do seu patrimônio imobiliário, de modo que as informações constantes do Sistema Patrimonial Imobiliário da União – SPIUnet encontra-se desatualizado.

Ainda quanto a procedimentos de controle, verificamos que a ausência de rotinas para alguns procedimentos, ou a não observância de rotinas estabelecidas, resultaram na ocorrência de impropriedades, o que denota a fragilidade do sistema de controle interno da Universidade.

Analisou-se a implantação de controles internos na área de convênios pactuados pela Unidade. Da análise, verificou-se que a UJ possui fragilidades, visto o acúmulo de prestações de contas de convênios não aprovadas após o término da vigência.

Também não foi adotada rotina de cobrança do reembolso de despesas com servidores cedidos com ônus para o órgão cessionário. Tal fato também foi objeto de constatação na Auditoria Anual de Contas do Exercício de 2009. A unidade também não providenciou o retorno imediato destes cedidos.

No pagamento de auxílios-transporte, a unidade necessita adotar controles regulares da mudança de endereço dos servidores para cálculo do benefício. O tema é objeto constante de trabalho da Auditoria Interna da Universidade de Brasília. No Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2009 e de 2010 foram identificadas falhas na formalização e no pagamento dos benefícios.

Com efeito, constata-se a existência de falhas nos procedimentos de controle, que possibilitaram a ocorrência de impropriedades na gestão e resultaram em ambiente de controle vulnerável a riscos.

II) Quanto a avaliação de risco:

A Unidade possui no Planejamento Institucional informações acerca dos objetivos, metas, estratégias e diretrizes incluindo o estabelecimento de indicadores. Entretanto não inclui informações quanto à identificação, acompanhamento, mensuração e classificação de riscos.

A Unidade possui histórico recente de falhas, que resultaram em ações da Controladoria-Geral da União, por meio da realização de Auditorias Especiais para apuração de irregularidades na contratação de prestadores de serviços e pagamento de gratificações a servidores da FUB. As irregularidades resultaram na emissão do Acórdão TCU nº 3005/2009-Plenário, além de acordo com o Ministério Público do Trabalho em Termo de Conciliação Judicial para substituição dos prestadores de serviço.

Ponto crítico no aspecto dos riscos de controle é a constatação de concessão de senhas de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI a prestadores de serviço. O acesso de pessoas sem vínculo com a Administração Pública, contratadas de forma irregular e precária para exercício de atividades inerentes às categorias de servidores da Fundação Universidade de Brasília, com acesso à execução orçamentária da unidade, constitui grave fragilidade das operações e incrementa o risco nas movimentações financeiras.

III) Quanto à informação/comunicação:

No Planejamento Institucional consta o estabelecimento de objetivos e metas para a área de comunicação, com a implementação de Comunicação Corporativa Integrada e o fortalecimento da imagem da UnB como instituição de excelência acadêmica.

Verificou-se que a Instituição possui rede interna (intranet) na qual são divulgadas as principais políticas, notícias, diretrizes, normativos, organograma da Unidade, regimento interno, estrutura administrativa (decanatos, centros, diretorias, setores, departamentos e respectivas atribuições/responsabilidades). Os servidores possuem acesso à intranet e e-mail institucionais.

IV) Quanto ao monitoramento:

Monitorar o Sistema de Controle Interno significa avaliar a presença e o funcionamento de seus

componentes ao longo do tempo. A unidade possui indicadores de desempenho das diversas áreas da Universidade, o que possibilita a mensuração dos resultados alcançados pelas ações. No Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT constata-se que a avaliação realizada no âmbito desses trabalhos foca apenas os procedimentos de controle inerentes a cada processo, não chegando a avaliar os componentes do Sistema de Controle Interno como um todo. Assim, conclui-se que a Unidade carece de implantar avaliações deste componente, visando verificar a eficiência e efetividade de todo o Sistema de Controle Interno. Não há registros no Relatório de Atividades quanto às melhorias que os controles internos efetivamente agregaram ao desempenho da Universidade.

Diante do exposto, constata-se que o Sistema de Controle Interno da Fundação Universidade de Brasília, carece de aperfeiçoamento. O aprimoramento dos procedimentos de controle, a inclusão da avaliação e gestão de riscos no planejamento estratégico (identificação de eventos, avaliação de riscos e respostas a risco) e a realização de monitoramento do Sistema de Controle Interno devem ser melhor tratados pela alta gestão, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Unidade.

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Não foram identificadas transferências concedidas pela Fundação Universidade de Brasília no exercício de 2010.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A tabela abaixo demonstra como foram aplicados os recursos do órgão 26271 - Fundação Universidade de Brasília, para cada modalidade de licitação.

Tipo de Aquisição de bens/serviços	Valor no exercício	% Valor sobre total	Montante analisado	% recursos analisados
Dispensa	56.725.222,68	18,77%	4.180.259,33	7,37%
Inexigibilidade	6.690.447,33	2,21%	1.227.195,65	18,34%
Convite	1.984.970,03	0,65%	590.766,37	29,76%

Tomada de Preços	3.818.063,90	1,26%	0,00	0,00%
Concorrência	56.708.530,04	18,76%	0,00	0,00%
Pregão	176.215.796,52	58,32%	5.012.000,00	2,84%
Total	302.143.030,50	100%	10.419.454,98	3,45%

Como fator positivo, identificou-se a redução no volume de dispensas de licitação no exercício de 2010 comparado ao de 2009, de R\$85.180.800,86 para R\$56.725.222,68, e também de inexigibilidades, de R\$9.695.748,22 para R\$6.690.477,33, o que representa uma boa prática nas contratações da Unidade Gestora.

Com relação ao tipo de modalidade convite, verificou-se, em uma amostra de nove processos, representativa de 29,76%, que dois destes apresentaram apenas duas propostas válidas de fornecedores, contrariando o Acórdão/TCU/Plenário nº 4279/2010, relativo à obrigatoriedade do mínimo de três propostas. No convite de nº048/2010, identificou-se a utilização de propostas antigas com cerca de 15 meses desde a sua emissão.

A respeito da modalidade pregão, verificou-se a ausência de prévia pesquisa de mercado como requisito para a efetivação da adesão ao registro de preços do pregão nº37/2009, o que comprovaria a vantagem da opção pelo Sistema de Registro de Preços.

Os exames realizados em licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação do HUB abrangeram os seguintes valores:

Modalidade	Valor em 2010	% do valor sobre o total	Montante analisado	% dos recursos analisados
Dispensa	1.788.743,13	5,56%	235.433,07	13,16%
Inexigibilidade	165.878,80	0,52%	95.478,80	57,56%

Convite	93.828,51	0,29%	0,00	0,00%
Tomada de preços	293.659,48	0,91%	0,00	0,00%
Concorrência	41.478,16	0,13%	0,00	0,00%
Pregão	29.784.313,48	92,59%	5.556.364,44	18,66%
TOTAL	32.167.901,56	100,00%	5.887.276,31	18,30%

Dos exames realizados em 4 pregões, 15 dispensas e 3 inexigibilidades, destacam-se as seguintes ocorrências:

- fracionamento de despesas por meio de dispensas de licitação;
- realização de dispensa de licitação antes do processo licitatório correspondente, tendo o valor de aquisição do produto sido superior ao da cotação vigente na própria contratação emergencial.

Estas ocorrências decorreram de deficiências no planejamento e na programação das aquisições relacionadas com fragilidades nos controles internos da Unidade.

Nos processos de aquisição analisados, também foi verificada a ausência dos documentos relativos às liquidações e aos pagamentos realizados, expondo o HUB a riscos diversos, como a realização de pagamentos em duplicidade. Esta deficiência foi objeto de Nota de Auditoria na qual foi recomendado à Unidade que promova ações que possibilitem a adequada formalização dos processos de aquisição iniciados em 2011. Esta recomendação será monitorada por meio do Plano de Providências Permanente.

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

De acordo com dados do sistema SIAPE, em 2011, a FUB/HUB contou com uma força de trabalho composta de 5.782 pessoas - excluídos 131 servidores cedidos - distribuídas da seguinte forma:

Tipologia	Exercício 2010
Ativo Permanente	4455
Requisitado	17
Nomeado Cargo Comissão	9
Sem Vínculo	220
Excedente à Lotação	15
Contrato Temporário	207
Exercício Descentralizado de Carreira	8
Exercício Provisório	33
Anistiado ADCT CF	2
Colaborador PCCTAE	3
Estagiário	813
TOTAL	5782

A FUB, considerando a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 124, de 16 de março de 2010, tornou pública a realização de concurso público para cargos de nível superior e de nível intermediário para o seu quadro permanente.

No edital do concurso público estavam previstas 135 vagas, que foram criadas por meio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Programa de Expansão da Universidade de Brasília.

No ano de 2010 não houve nomeação deste concurso. Entraram em exercício 259 servidores técnico-administrativos do concurso anterior, que teve o edital publicado em 2009.

Com o objetivo de verificar a observância da legislação no tocante à remuneração paga aos servidores da Unidade, analisamos a situação Acumulação indevida de cargos por servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão, cessão de servidores da FUB para outros órgãos, bem como servidora que percebeu auxílio-transporte com valores superiores àqueles devidos, conforme quadro abaixo:

Ocorrência	Quantidade de servidores analisados	Quantidade de servidores confirmados na ocorrência
- SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E INSTITUIDORES DE PENSÃO INVESTIDOS EM OUTROS VÍNCULOS	15	13
- RELAÇÃO DE SERVIDORES QUE RECEBEM AUXÍLIO-TRANSPORTE EM VALOR SUPERIOR A R\$ 500,00	06	01
- CESSÃO	11	11

De acordo com dados do sistema SIAPE, em 2011, a FUB/HUB contou com uma força de trabalho composta de 5.782 pessoas - excluídos 131 servidores cedidos - distribuídas da seguinte forma:

Tipologia	Exercício 2010
Ativo Permanente	4455
Requisitado	17
Nomeado Cargo Comissão	9
Sem Vínculo	220
Excedente à Lotação	15
Contrato Temporário	207
Exercício Descenralizado de Carreira	8
Exercício Provisório	33
Anistiado ADCT CF	2

Colaborador PCCTAE	3
Estagiário	813
TOTAL	5782

A FUB, considerando a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 124, de 16 de março de 2010, tornou pública a realização de concurso público para cargos de nível superior e de nível intermediário para o seu quadro permanente.

No edital do concurso público estavam previstas 135 vagas, que foram criadas por meio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Programa de Expansão da Universidade de Brasília.

No ano de 2010 não houve nomeação deste concurso. Entraram em exercício 259 servidores técnico-administrativos do concurso anterior, que teve o edital publicado em 2009.

Com o objetivo de verificar a observância da legislação no tocante à remuneração paga aos servidores da Unidade, analisamos a situação Acumulação indevida de cargos por servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão, cessão de servidores da FUB para outros órgãos, bem como servidora que percebeu auxílio-transporte com valores superiores àqueles devidos, conforme quadro abaixo:

Ocorrência	Quantidade de servidores analisados	Quantidade de servidores confirmados na ocorrência
- SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E INSTITUIDORES DE PENSÃO INVESTIDOS EM OUTROS VÍNCULOS	15	13
- RELAÇÃO DE SERVIDORES QUE RECEBEM AUXÍLIO-TRANSPORTE EM VALOR SUPERIOR A R\$ 500,00	06	01
- CESSÃO	11	11

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Quanto às recomendações efetuadas pela CGU e que fazem parte do Plano de Providências Permanente, identificou-se que restaram pendentes de atendimento dez destas recomendações tendo em vista a não apresentação de fatos novos.

Em relação ao cumprimento das determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, foram analisadas as providências adotadas pela Fundação Universidade de Brasília quanto às seguintes determinações:

a) Acórdão TCU nº4.279/2010 Plenário – Item 1.5.1.2, que trata da ausência de instauração de processo administrativo disciplinar em hipótese configuradora de abandono de cargo no qual foi identificado um servidor nesta situação;

b) Acórdão TCU nº4.279/2010 Plenário – Item 1.5.1.1, que trata da realização de despesas sem prévio empenho pelo qual não foram identificados, no exercício de 2010, eventos relativos a esta prática.

Na pesquisa realizada para o Hospital Universitário de Brasília não foram encontrados Acórdãos do TCU emitidos em 2010 com recomendações ou determinações para a unidade.

As duas recomendações da CGU ao HUB que estão pendentes de atendimento não causaram impacto na gestão de 2010 e são monitoradas no âmbito do Plano de Providências Permanente.

No Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna da FUB de 2010, foi mencionada a emissão de um comunicado de auditoria relativo a um contrato do HUB. Com base nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Unidade, foi verificado que houve a adoção de providências para aperfeiçoar a execução dos serviços prestados pela empresa contratada.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Em consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e ao Balanço Patrimonial das unidades gestoras da Fundação Universidade de Brasília, incluindo o Hospital Universitário de Brasília, não foram encontradas movimentação nas contas contábeis 211.11.00 (FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS), 21212.11.00 (PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS), 21213.11.00 (ENCARGOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS), 21215.22.00 (OBRIG. TRIBUT. POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS) e 21219.22.00 (DEB. DIVERSOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS). Nos trabalhos de auditoria não foi identificada a existência de passivos por insuficiência de créditos nas unidades.

4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

A respeito da conformidade da inscrição de Restos a Pagar, foram selecionados os empenhos não relacionados a obras e instalações cujos valores são superiores a R\$ 2.000.000,00, que totalizaram

R\$ 4.519.312,18, representando 2,83% do total de Restos a Pagar não processados da FUB, que é de R\$ 159.470.236,55.

Empenho	Natureza da Despesa		Valor (R\$)
2008NE905017	449051	OBRAS E INSTALACOES	4.781.700,16
2008NE913250	449051	OBRAS E INSTALACOES	2.284.404,23
2009NE915747	449051	OBRAS E INSTALACOES	3.844.061,16
2009NE916279	449051	OBRAS E INSTALACOES	5.708.712,59
2009NE916284	449051	OBRAS E INSTALACOES	3.831.228,14
2010NE010061	339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.227.747,00
2010NE901706	449051	OBRAS E INSTALACOES	3.134.373,48
2010NE904457	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	2.291.565,18
2010NE904464	449051	OBRAS E INSTALACOES	3.194.774,66
2010NE908251	449051	OBRAS E INSTALACOES	2.574.392,42
2010NE908625	449051	OBRAS E INSTALACOES	5.000.000,00
2010NE908887	449051	OBRAS E INSTALACOES	3.000.000,00
2010NE909139	449051	OBRAS E INSTALACOES	2.163.007,41
2010NE909387	449051	OBRAS E INSTALACOES	4.894.450,00

A respeito do empenho 2010NE904457 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), a análise realizada não constatou irregularidade. Quanto ao empenho 2010NE010061, para pagamento de despesas com auxílios financeiros a pesquisadores, cujo valor de R\$ 2.227.747,00 foi inscrito em Restos a Pagar, foi indicado como favorecido a própria Unidade Gestora, constituindo afronta às normas que regem a Contabilidade Pública. Esta constatação já foi observada em exercícios anteriores, tendo sido objeto de ressalva na Auditoria Anual de Contas do exercício de 2006.

A análise das inscrições em Restos a Pagar do Hospital Universitário de Brasília apresentou o seguinte resultado:

Restos a pagar inscritos em 2010	Restos a Pagar analisados	% analisado dos valores inscritos em 2010	% dos valores analisados com inscrição indevida
R\$ 8.060.732,17	R\$ 3.909.246,36	48,50%	23,64%

A inconsistência encontrada refere-se a inscrição sem justificativa de restos a pagar processados, pois o pagamento da despesa ocorreu em 2009 com base em outro empenho.

4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Com base na informação constante do Relatório de Gestão da Unidade, confirmada com as informações constantes do Sistema SIAFI, não foram identificados convênios firmados em 2010 pela Universidade de Brasília com entidades privadas sem fins lucrativos.

4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

A informação solicitada pela CGU foi entregue parcialmente, sendo composta da relação dos contratos de apenas três setores da Unidade Auditada (CDT, CME e DRM) sem apresentar a relação dos centros restantes. Desta relação, dezesseis contratos encontram-se no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e vinte contratos não constam, apresentando falha no atendimento da Lei nº 12.309/2010, que estabelece a obrigatoriedade de registro das informações referentes aos contratos e convênios no Sistema SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV.

Em 52 contratos vigentes no HUB em 2010, foram encontradas inconsistências pontuais nos registros de 3 contratos no sistema SIASG.

Em pesquisa realizada no sistema SICONV, não foram encontradas transferências voluntárias concedidas pelo HUB.

É importante destacar que esta análise não abrange questões relativas à regularidade dos contratos e transferências voluntárias vigentes em 2010, pois o objetivo das verificações realizadas foi confirmar se as respectivas informações estavam atualizadas nos sistemas SIASG e SICONV, respectivamente, conforme estabeleceu o art. 19 da Lei nº 12.017/2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010).

4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Nos exames realizados verificou-se que a unidade sob exame não dispõe controle informatizado ou manual que registre a entrega tempestiva das declarações de bens e rendas e das autorizações para acesso eletrônico às declarações exigidas pela Lei nº 8.730/93 no site da Receita Federal. Tal fato ficou evidenciado pela ausência de apresentação das cópias das declarações de bens e rendas ou das autorizações de acesso de todos os servidores constantes do rol de responsáveis da Fundação Universidade de Brasília e do Hospital Universitário de Brasília.

A verificação da documentação dos servidores ocupantes de função e cargos em comissão no exercício de 2010 foi realizada no Sistema de Arquivo Digitalizado do Decanato de Gestão de Pessoas e nas pastas funcionais dos servidores.

4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Verificou-se que a Fundação Universidade de Brasília e o Hospital Universitário de Brasília não adotam, na aquisição de bens e serviços, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de Janeiro de 2010. As unidades não cumpriram o estabelecido no art. 1º da referida Instrução Normativa, uma vez que não incluiu nas suas licitações critérios que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

Também se verificou o descumprimento do artigo 5º da Instrução Normativa, uma vez que a unidade não considera como critério avaliativo em suas aquisições a existência de certificação ambiental. Além disso, não foram exigidos: produtos que são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade possível de material reciclável; fabricados por fonte não poluidora; materiais que não prejudicam a natureza; produtos recicláveis ou reutilizáveis.

No entanto, foram identificadas iniciativas positivas no que se refere ao descarte de materiais diversos pela unidade.

4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O objetivo do procedimento foi o de avaliar a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros, principalmente quanto ao estado de conservação, valor do imóvel, despesas efetuadas com a manutenção, inserção e atualização das informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela UJ.

Localização	Quantidade Total de Imóveis de Uso Especial sob a Responsabilidade da UJ	
	2009	2010
Brasil	1745	1745
Exterior	0	0

Verificou-se no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União/SPIU, a existência de 1.745 imóveis (Valor Total R\$ 1.212.770.291,98) pertencentes à Fundação Universidade de Brasília.

Identificou-se que a unidade não realiza avaliação dos imóveis, informando que a atualização dos valores é realizada somente no momento de alienação, ocasionando a situação em que a totalidade dos imóveis da Universidade encontra-se com seus registros desatualizados no SPI.

Adicionalmente, foi identificada a existência de 2 imóveis locados de terceiros em 2010 no valor total de R\$27.541,38.

Na pesquisa não foram encontrados bens imóveis de uso especial de propriedade do HUB.

4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Durante os trabalhos de auditoria na Unidade, verificamos que a FUB-UnB possui um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI inserida em seu Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2006-2010, compilado no documento intitulado Bases Estratégicas e Táticas do Planejamento. A Unidade também possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o biênio 2010 a 2011, nos moldes da Resolução SLTI/MPOG nº 01/2010, de 18.2.2010, que publicou o modelo da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), versão 2010, para a Administração Pública Federal.

Além disso, a FUB-UnB também possui um comitê responsável por determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI dentro da Universidade, sendo este o Conselho de Informática instituído pela Resolução do Conselho Diretor nº 114/87, de 22 de dezembro de 1987, expedido pelo Gabinete do Reitor da UnB.

Apesar do PDTI (2010-2011) não ter sido submetido à homologação por parte da alta administração da FUB-UnB, e mesmo diante da constatação de que esse plano não foi publicado no Diário Oficial da União, foi possível verificar que o mesmo foi elaborado em sintonia com os objetivos estratégicos institucionais do ministério, conforme documentos apresentados pela Unidade. Entretanto, verificamos que fragilidades relacionadas com a ausência de explicitação de um cronograma de ações bem definido pode prejudicar a efetividade do PDTI (2010-2011).

No que se refere à segurança da informação, verificamos que a FUB-UnB não possui um área específica que trate do estabelecimento de padrões e da proposição de políticas voltadas à segurança dos ativos de TI e da distribuição de responsabilidades pelo tratamento de questões pontuais de segurança dentre as áreas que a compõem. Também podemos apontar como fragilidade a ausência de uma Política de Segurança da Informação – PSI formalmente constituída dentro da Universidade, o que pode prejudicar a gestão dos ativos de TI. O Conselho de Informática instituído pela Resolução do Conselho Diretor nº 114/87, de 22 de dezembro de 1987, foi apontado como sendo aquele capaz de propor políticas de TI dentro do órgão, entretanto, vale frisar que a referida resolução não contém atribuição específica que verse sobre política de segurança da informação. Na estrutura regimental da Unidade de TI da FUB-UnB (CPD/UnB e CESPE) também não existe área específica para a coordenação das ações de segurança da informação.

Com relação aos recursos humanos de TI, constatamos uma relativa dependência da FUB-UnB em relação aos contratos de terceirização de mão-de-obra, uma vez que somente 25% dos funcionários dessa área são empregados terceirizados, sem vínculo direto com a Administração Pública Federal. A Unidade também afirmou que todos os funcionários que ocupam cargo de gestor de TI são servidores de carreira ou servidores temporários, corroborando com a independência do órgão em relação à terceirização.

No que tange ao desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informação, verificamos que a área de desenvolvimento do CPD se utiliza de uma Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas – MDS que, apesar de suficientemente descrita e detalhada, possui algumas fragilidades relacionadas com a formalização do processo de manutenção dos sistemas legados, a ausência de Gestão de Níveis de Serviços para os serviços prestados aos usuários internos e externos, e a não adoção de um processo de Gerência de Configuração. A ausência dessas boas práticas pode impactar na qualidade dos sistemas desenvolvidos e mantidos pelo CPD e dos serviços prestados às demais áreas do Órgão.

A verificação do nível de aderência dos processos de aquisição de bens e serviços de TI em relação à IN/SLTI MPOG nº 04/2008 restou prejudicada, uma vez que a relação dos processos licitatórios de TI, referente ao exercício de 2010, não foi apresentada pela Unidade. Em virtude disso, a Unidade deve implementar controles administrativos que permitam apresentar dados relativos a esses processos, em tempo real, de forma a incrementar a Gestão de TI e, principalmente, a Governança de TI no órgão.

Durante os trabalhos de auditoria na Unidade, verificamos que a FUB-UnB/HUB possui um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI inserida em seu Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2006-2010, compilado no documento intitulado Bases Estratégicas e Táticas do Planejamento. A Unidade também possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o biênio 2010 a 2011, nos moldes da Resolução SLTI/MPOG nº 01/2010, de 18.2.2010, que publicou o modelo da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), versão 2010, para a Administração Pública Federal.

Além disso, a FUB-UnB também possui um comitê responsável por determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI dentro da Universidade, sendo este o Conselho de Informática instituído pela Resolução do Conselho Diretor nº 114/87, de 22 de dezembro de 1987, expedido pelo Gabinete do Reitor da UnB.

Apesar do PDTI (2010-2011) não ter sido submetido à homologação por parte da alta administração da FUB-UnB, e mesmo diante da constatação de que esse plano não foi publicado no Diário Oficial da União, foi possível verificar que o mesmo foi elaborado em sintonia com os objetivos estratégicos institucionais do ministério, conforme documentos apresentados pela Unidade. Entretanto, verificamos que fragilidades relacionadas com a ausência de explicitação de um cronograma de ações bem definido pode prejudicar a efetividade do PDTI (2010-2011).

No que se refere à segurança da informação, verificamos que a FUB-UnB não possui um área específica que trate do estabelecimento de padrões e da proposição de políticas voltadas à segurança dos ativos de TI e da distribuição de responsabilidades pelo tratamento de questões pontuais de segurança dentre as áreas que a compõem. Também podemos apontar como fragilidade a ausência de uma Política de Segurança da Informação – PSI formalmente constituída dentro da Universidade, o que pode prejudicar a gestão dos ativos de TI. O Conselho de Informática instituído pela Resolução do Conselho Diretor nº 114/87, de 22 de dezembro de 1987, foi apontado como sendo aquele capaz de propor políticas de TI dentro do órgão, entretanto, vale frisar que a referida resolução não contém atribuição específica que verse sobre política de segurança da informação. Na estrutura regimental da Unidade de TI da FUB-UnB (CPD/UnB e CESPE) também não existe área específica para a coordenação das ações de segurança da informação.

Com relação aos recursos humanos de TI, constatamos um relativa dependência da FUB-UnB em relação aos contratos de terceirização de mão-de-obra, uma vez que somente 25% dos funcionários dessa área são empregados terceirizados, sem vínculo direto com a Administração Pública Federal. A Unidade também afirmou que todos os funcionários que ocupam cargo de gestor de TI são servidores de carreira ou servidores temporários, corroborando com a independência do órgão em relação à terceirização.

No que tange ao desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informação, verificamos que a área de desenvolvimento do CPD se utiliza de uma Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas – MDS que, apesar de suficientemente descrita e detalhada, possui algumas fragilidades relacionadas com a formalização do processo de manutenção dos sistemas legados, a ausência de Gestão de Níveis de Serviços para os serviços prestados aos usuários internos e externos, e a não adoção de um processo de Gerência de Configuração. A ausência dessas boas práticas pode impactar na qualidade dos sistemas desenvolvidos e mantidos pelo CPD e dos serviços prestados às demais áreas do Órgão.

A verificação do nível de aderência dos processos de aquisição de bens e serviços de TI em relação à IN/SLTI MPOG nº 04/2008 restou prejudicada, uma vez que a relação dos processos licitatórios de TI, referente ao exercício de 2010, não foi apresentada pela Unidade. Em virtude disso, a Unidade deve implementar controles administrativos que permitam apresentar dados relativos a esses processos, em tempo real, de forma a incrementar a Gestão de TI e, principalmente, a Governança de TI no órgão.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria. Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 28 de julho de 2011.

NOME

CARGO

ASSINATURA

ALEXANDRE MARTINS NOGUEIRA
ANDRE DE SENA PAIVA
FERNANDO SAVIO DE SOUSA
MAURICIO DOS SANTOS MOUTA

AFC
AFC
AFC
TFC
